

**EDITAL Nº 0001/2026
PROCESSO Nº 0005/2026
SELEÇÃO PÚBLICA DE FORNECEDOR Nº0001/2026**

Torna-se público que a **FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO TECNOLÓGICO - FADETEC**, CNPJ **04.043.851/0001-72**, por meio da sua equipe de compras designada pela PORTARIA N.º 026/2024 de 02/07/2026, sediada na Fazenda Varginha, KM 02, Rodovia MG 404 (Salinas/Taiobeiras), 39.560-000, Salinas/MG, para conhecimento dos interessados, que estará realizando **SELEÇÃO PÚBLICA DE FORNECEDORES**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, na forma deste edital, visando a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO A INTERMEDIÇÃO REMUNERADA PARA AQUISIÇÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS E HOSPEDAGENS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA FADETEC**, por meio da seleção de empresas para fornecer os serviços, conforme especificações descritas nos itens deste edital. A FADETEC convoca as empresas interessadas a apresentarem suas propostas para tal fim, em conformidade com as disposições do artigo 3º da Lei 8.958/1994, regulamentada pelo Decreto 8.241/2014, e, subsidiada pela Lei 14.133/2021, para prestarem os serviços.

As propostas devem ser remetidas por meio dos serviços postais, transportadora ou eletronicamente para o endereço de e-mail **licitacao@fadetec.org.br**, acompanhadas de "assinatura eletrônica" ou firma reconhecida em cartório. No caso de entrega presencial, efetuada por um representante legal, a exigência de "assinatura eletrônica" e firma reconhecida em cartório pode ser dispensada.

A íntegra do presente instrumento convocatório e do termo de referência poderão ser obtidos através do site da FADETEC: **<https://fadetec.org.br/editais-2026-compras/>** ou presencialmente na sua sede, situada no endereço: Fazenda Varginha, km 02 da Rodovia MG-404 (Salinas-Taiobeiras), Salinas/MG, CEP: 39.560-000, das 08h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira. Todos os atos intrínsecos desta Seleção serão publicados no site **<https://fadetec.org.br/editais-2026-compras/>**.

DATA E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA ÚNICA: às 09h00min, do dia 30 de janeiro de 2026, na sede da FADETEC, situada no endereço: Fazenda Varginha, km 02 da Rodovia MG- 404 (Salinas-Taiobeiras), Salinas/MG, CEP: 39.560-000.

1.DO OBJETO

- 1.1.O processo de seleção será realizado por lote, conforme tabela constante no Termo de Referência.
- 1.2.Constitui objeto da seleção pública a **contratação de empresa para fornecimento dos serviços conforme as especificações descritas abaixo nos lotes 01 e 02:**

Lote 01

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	EMISSION DE BILHETES DE PASSAGEM – voos domésticos , incluindo assessoria, cotação, reserva e emissão	Agenciamento	200

02	EMIÇÃO DE BILHETES DE PASSAGEM – voos internacionais , incluindo assessoria, cotação, reserva, emissão e seguro viagem	Agenciamento	40
03	ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DE BILHETES DE PASSAGEM – voos domésticos e internacionais	Serviço	40
04	REPASSE – VOOS DOMÉSTICOS (Valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos adquiridos).	Bilhete	200
05	REPASSE – VOOS INTERNACIONAIS (Valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos internacionais adquiridos)	Bilhete	40
06	REPASSE – VALORES DE PRÊMIOS (Valores dos prêmios devidos às seguradoras em razão dos seguros viagem contratados)	Seguro	40

1.2.1. Os itens 4, 5 e 6 do quadro acima não serão objeto de formulação de preços pelos licitantes.

Lote 02

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
07	HOSPEDAGEM NACIONAL (reserva, marcação, remarcação e cancelamento) nas cidades brasileiras, compreendendo os serviços de reserva em hotéis nacionais, com fornecimento opcional de almoço e/ou jantar, e incluso café da manhã.	Agenciamento	500
08	HOSPEDAGEM INTERNACIONAL (reserva, marcação, remarcação e cancelamento), compreendendo os serviços de reserva em hotéis internacionais, com fornecimento opcional de almoço e/ou jantar, e incluso café da manhã.	Agenciamento	250
09	REPASSE – HOSPEDAGEM NACIONAL (Valores das tarifas e outras taxas e multas devidas às empresas hoteleiras em razão da	Reserva de hospedagens nacionais	500

	reversa, marcação, remarcação e cancelamento das hospedagens nacionais.)		
10	REPASSE – HOSPEDAGEM INTERNACIONAL (Valores das tarifas e outras taxas e multas devidas às empresas hoteleiras em razão da reserva, marcação, remarcação e cancelamento das hospedagens internacionais.)	Reserva de hospedagens internacionais	250

1.2.2.Os itens 09 e 10 do quadro acima não serão objeto de formulação de preços pelos licitantes.

1.2.3.A divisão por itens, dentro de cada lote, visa oportunizar aos licitantes a oferta de preços diferenciados, de acordo com a complexidade e o esforço despendido na prestação dos serviços de cada item.

1.2.4.O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2.5.O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do Contrato.

1.2.6.O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.2.7.Registra-se que a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os funcionários da CONTRATADA e a CONTRATANTE.

1.2.8.As quantidades neste edital representam estimativas de consumo. Portanto, conforme Art. 40 do Decreto 8241/14, após firmado o termo de compromisso a FADETEC não tem a obrigação de contratar a totalidade dos itens.

ATENÇÃO: As descrições de unidade de medida, descrições técnicas e informações mais detalhadas dos itens, estão dispostas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I** deste edital. Favor considerar todas as informações do termo de referência para elaboração de uma proposta mais adequada ao objeto em questão.

1.1. Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os tributos e despesas necessárias à prestação dos serviços, bem como quaisquer outras despesas relativas aos encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

1.2. A apuração do objeto desta seleção pública de fornecedores obedecerá ao critério de julgamento tipo **Menor Preço por Lote**.

1.3. Os produtos deverão ser fornecidos na forma e condições descritos no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

2.1. Como requisitos mínimos para participar da presente seleção pública as empresas legalmente habilitadas para o fornecimento dos serviços descritos neste edital deverão comprovar, até a data e horário marcado para a sessão pública indicada no preâmbulo, que

cumprem os seguintes requisitos:

2.1.1. A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:

- I registro comercial, no caso de empresa individual;
- II ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais, e acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedades por ações;
- III declaração de que não está inscrita em cadastros nacionais de empresas punidas pela administração pública;
- IV cartão CNPJ;
- V **DECLARAÇÕES, conforme anexo IV deste edital.**

2.1.2. A documentação referente à **regularidade fiscal** consistirá em:

- I Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei;
- II Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, que comprove situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- III Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;
- IV Prova que a participante não foi objeto de procedimento extrajudicial ou judicial de falência e recuperação judicial ou extrajudicial;

2.1.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

- I Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datada de no máximo **60 (sessenta) dias** corridos anteriores à data de realização da sessão pública, se outro prazo não for definido na própria certidão.

2.1.4. **Qualificação Técnica**

- I A qualificação técnica será feita a partir da comprovação da seguinte documentação:
- II apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, compatível com o objeto desta licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- III O atestado deverá contar, obrigatoriamente: Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado; Endereço completo; Manifestação acerca da qualidade do serviço prestado; e Identificação do responsável pela emissão de atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais de interesse da FADETEC.

2.1.5. **Registro da empresa na EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo; ou cadastro no Ministério do Turismo, nos termos da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.**

- I O participante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à

comprovação da legitimidade dos documentos solicitados, apresentando se necessário, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

- II Todos os documentos comprobatórios das condições de habilitação e classificação, bem como a FOLHA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA E DOCUMENTOS, conforme modelo constante no ANEXO I, deverão constar no envelope de “Proposta e Documentação de Habilitação e Seleção”, conforme disposto no item 6.
- III Após abertura dos envelopes das empresas participantes, a Comissão providenciará que os representantes das empresas, eventualmente presentes, rubriquem todas as páginas com conteúdo da documentação de todas as empresas participantes.

3. DA ENTREGA DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E SELEÇÃO

3.1. As propostas deverão ser enviadas/entregues nas formas previstas no preâmbulo deste edital.

3.2. **O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

3.3. A FADETEC não se responsabilizará pelos documentos que não sejam entregues ao Presidente da Comissão Responsável Pela Seleção de Fornecedores, no local, data e horário definido neste edital.

3.4. Os documentos por meio dos Correios ou transportadora deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Responsável Pela Seleção de Fornecedores até à data e horário de abertura da sessão pública, sendo de responsabilidade da empresa a postagem em tempo hábil para entrega, com os seguintes dizeres:

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 0001/2026 Razão Social da Empresa Proposta de Preços	SELEÇÃO PÚBLICA Nº 0001/2026 Razão Social da Empresa Documentos de Habilitação
---	--

3.5. Toda a documentação apresentada deverá estar encadernada, ou organizada em pasta catálogo, e ter todas as páginas que contenham qualquer conteúdo numeradas no rodapé no formato "PÁGINA 01 DE X".

4. DA PROPOSTA

4.1. A proposta, apresentada, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa participante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:

4.1.1. A razão social e CNPJ da empresa licitante;

4.1.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes no edital;

4.1.3. O valor total da proposta para cada grupo que participar, em moeda corrente nacional,

expresso em numeral e por extenso.

- 4.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.3. As propostas apresentadas neste processo de seleção terão validade de pelo menos 180 (cento e oitenta) dias, contados da data marcada para a sessão pública presencial, para fins de assinatura do termo de compromisso.

5. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

- 5.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público a Comissão de posse das propostas e documentos de habilitação procederá à abertura do certame.
- 5.2. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.
- 5.3. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.
- 5.4. A seguir, serão identificados os participantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes e dos e-mails.
- 5.5. O conteúdo dos envelopes será certificado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.
- 5.6. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os participantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já certificados, contarão com conferência e certificação por todos os demais, e os membros da Comissão permanecerão em poder dos documentos até que seja concluída a fase de habilitação.
- 5.7. Ao participante inabilitado será devolvido o respectivo envelope, recebidos via correios, transportadora ou presencial, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso. Sendo que de eventual devolução correrão por conta do interessado.
- 5.8. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, analisará a Proposta de Preços dos participantes habilitados, na mesma sessão, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.
- 5.9. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 5.10. As propostas de preços dos participantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório.
- 5.11. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.
- 5.12. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros

da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

5.13. Será considerado inabilitado o licitante que:

5.13.1. Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados.

5.13.2. Não incluir a proposta de preços no envelope.

5.14. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação no site da FADETEC: <https://fadetec.org.br/editais-2026-compras/> e lavrada em ata.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. O critério de julgamento será o de menor preço por Lote.

6.2. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão certificados os documentos pelos membros da Comissão e pelos representantes legais das empresas participantes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas.

6.3. A Comissão verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.4. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.

6.5. As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.

6.6. Havendo empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

6.6.1. produzidos no País ou prestados por empresas brasileiras;

6.6.2. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.6.3. produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

6.7. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os participantes habilitados serão convocados.

6.8. Quando todos os participantes forem desclassificados, a Comissão de Seleção poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.

6.9. Será desclassificada a proposta que apresentar as desconformidades previstas no artigo 59 da Lei 14.133/2021:

6.10. Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.11. Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos licitantes para apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.12. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.

- 6.13. Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão encaminhará o certame para homologação do resultado pela autoridade competente e, após, a adjudicação do objeto licitado ao participante vencedor.
- 6.14. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação no site da FADETEC: <https://fadetec.org.br/editais-2026-compras/> e por meio de intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

7. DA DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

- 7.1. O resultado será publicado no site da FADETEC no mesmo dia da sessão pública, se possível, ou no primeiro dia útil seguinte.
- 7.2. Os participantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação manifestaram imediatamente, após o término de cada sessão, a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão. As razões dos recursos serão apresentadas no prazo de três dias úteis, contado a partir da data da ciência. O prazo para apresentação de contrarrazões será de três dias úteis, contado imediatamente a partir do encerramento do prazo das razões do recurso. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de três dias úteis, o encaminhará ao Presidente do Conselho Diretor, que terá competência para a decisão final, em até cinco dias úteis. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.3. Os recursos e contrarrazões serão tornados públicos no portal da FADETEC em tempo hábil para o acesso que deles precisarem tomar conhecimento para defesa de seus direitos.
- 7.4. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer, nos termos do item anterior deste edital, importará na decadência desse direito, ficando a comissão autorizada no prosseguimento com os demais atos necessários deste chamamento público.

8. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. Os serviços serão executados no prazo de **12 (doze) meses**, conforme condições descritas no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**.

9. DO PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado pela Contratante, mediante ateste assinado, até o 10º dia útil subsequente da prestação dos serviços.
- 9.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do ateste, que comprove a execução dos serviços contratados.
- 9.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10. REAJUSTE

- 10.1 Não há previsão de reajustamento no valor de contratação durante a vigência contratual, admitindo o reajuste, com base nos índices oficiais, em caso de prorrogação.

11. ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 11.1 No interesse da FADETEC e mediante prévio conhecimento os quantitativos os itens objeto do certame poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25%, conforme disposto no Art. 29 do Decreto n. 8.241/2014.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. Este Edital estará disponível a qualquer interessado no sítio eletrônico <https://fadetec.org.br/editais-2026-compras/> e deverá ser lido e interpretado na íntegra, e, após o encaminhamento da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento.
- 12.2. Fica assegurado à **FADETEC** o direito de, no interesse desta e sem que caiba às participantes qualquer tipo de reclamação ou indenização: anular, por iniciativa própria ou mediante provocação de terceiros, quando houver ilegalidade ou revogar, por interesse público, a presente seleção pública de fornecedores, sempre em despacho fundamentado, a qualquer tempo dando ciência aos interessados.
- 12.3. A homologação do resultado deste certame não implicará direito à contratação.
- 12.4. Os participantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a FADETEC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo.
- 12.5. O participante poderá impugnar o edital com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência da data da sessão pública para abertura dos envelopes de habilitação e propostas e o cidadão poderá impugnar, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis antes da citada data.
- 12.6. A participação no certame implica plena aceitação, por parte do participante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.
- 12.7. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 12.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12.9. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase do certame, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 12.10. Os participantes, quando solicitados, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados.
- 12.11. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Sendo considerados dias úteis e só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na fundação.
- 12.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

- 12.14. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei n.14.133 de 2021, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.
- 12.15. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Salinas – MG, com exclusão de qualquer outro.
- 12.16. As obrigações das partes e as consequências do inadimplemento contratual encontra-se descritas detalhadamente no TERMO DE REFERÊNCIA – **ANEXO I**, documento anexo e indissociável deste edital.
- 12.17. Quaisquer esclarecimentos relativos a este Edital podem ser solicitados pelo e-mail licitacao@fadetec.org.br e serão disponibilizados/publicados única e exclusivamente no site da <https://fadetec.org.br/editais-2026-compras/> .
- 12.18. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta fundação, o participante ou cidadão que não cumprir os prazos estabelecidos no item 12.5.
- 12.19. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 12.19.1. ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- 12.19.2. ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO;
- 12.19.3. ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA;
- 12.19.4. ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÕES.
- 12.19.5. ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO

Salinas/MG, de 21 de janeiro de 2026.

Rafael Correia de Oliveira
Presidente do Conselho Diretor da FADETEC

ANEXO I**PROCESSO Nº 0005/2026
SELEÇÃO PÚBLICA DE FORNECEDOR Nº 0001/2025****TERMO DE REFERÊNCIA****1. Objeto**

1.1 FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO A INTERMEDIÇÃO REMUNERADA PARA AQUISIÇÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS E HOSPEDAGENS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA FADETEC.

2. Abrangência

2.1 A presente licitação destina-se à contratação de empresa para agenciamento de viagens, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2 Constitui objeto da seleção pública a contratação de empresa para fornecimento dos serviços conforme as especificações descritas abaixo no lote 01, 02 e 03

Lote 01

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário de Referência	Valor Total de Referência
01	EMIÇÃO DE BILHETES DE PASSAGEM – voos domésticos, incluindo assessoria, cotação, reserva e emissão	Agenciamento	200	R\$ 0,04	R\$ 8,00
02	EMIÇÃO DE BILHETES DE PASSAGEM – voos internacionais, incluindo assessoria, cotação, reserva, emissão e seguro viagem	Agenciamento	40	R\$ 0,04	R\$ 1,60
03	ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DE BILHETES DE PASSAGEM – voos domésticos e internacionais	Serviço	40	R\$ 0,02	R\$ 0,93

04	REPASSE – VOOS DOMÉSTICOS (Valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos adquiridos).	Bilhete	200	-	-
05	REPASSE – VOOS INTERNACIONAIS (Valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos internacionais adquiridos)	Bilhete	40	-	-
06	REPASSE – VALORES DE PRÊMIOS (Valores dos prêmios devidos às seguradoras em razão dos seguros viagem contratados)	Seguro	40	-	-
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 01:				R\$ 10,53	

1.2.9. Os itens 4, 5 e 6 do quadro acima não serão objeto de formulação de preços pelos licitantes.

Lote 02

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário de Referência	Valor Total de Referência
01	HOSPEDAGEM NACIONAL (reserva, marcação, remarcação e cancelamento) nas cidades brasileiras, compreendendo os serviços de reserva em hotéis nacionais, com fornecimento opcional de almoço e/ou jantar, e incluso café da manhã.	Agenciamento	500	R\$ 0,04	R\$ 20,00

02	HOSPEDAGEM INTERNACIONAL (reserva, marcação, remarcação e cancelamento), compreendendo os serviços de reserva em hotéis internacionais, com fornecimento opcional de almoço e/ou jantar, e incluso café da manhã.	Agenciamento	250	R\$ 0,04	R\$ 10,00
03	REPASSE – HOSPEDAGEM NACIONAL (Valores das tarifas e outras taxas e multas devidas às empresas hoteleiras em razão da reversa, marcação, remarcação e cancelamento das hospedagens nacionais.)	Reserva de hospedagens nacionais	500	-	-
04	REPASSE – HOSPEDAGEM INTERNACIONAL (Valores das tarifas e outras taxas e multas devidas às empresas hoteleiras em razão da reserva, marcação, remarcação e cancelamento das hospedagens internacionais.)	Reserva de hospedagens internacionais	250	-	-
VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE 02:				R\$ 30,00	

1.2.10.Os itens 03 e 04 do **lote 02** acima não serão objeto de formulação de preços pelos licitantes.

1.2.11.A divisão por itens, dentro de cada lote, visa oportunizar às licitantes a oferta de preços diferenciados, de acordo com a complexidade e o esforço despendido na prestação dos serviços de cada item.

1.2.12.O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2.13.O **prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses** contados da data da assinatura do Contrato.

1.2.14.O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.2.15.Registra-se que a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os funcionários da CONTRATADA e a CONTRATANTE.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** A compra de passagens aéreas nacionais e internacionais é uma necessidade imperativa aos órgãos públicos. Em relação à FADETEC a compra de bilhetes de passagens é de fundamental importância para as atividades de ensino, pesquisa e extensão e também para as atividades administrativas. Isto posto, o serviço é fundamental a fim de produzir e disseminar o conhecimento e a inovação, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão como propulsores do desenvolvimento regional e nacional. Pode-se citar alguns exemplos de viagens necessárias às atividades das Instituições: capacitação e treinamento; participação e apresentação de artigos em congressos, seminários, simpósios e demais eventos científicos; visitas técnicas; viagens a serviço; e outras atividades.
- 2.2.** A contratação de agenciamento de hospedagens nacionais e internacionais, justifica-se pela necessidade de deslocamentos a serviço das Instituições apoiadas pela FADETEC, bem como o recebimento de convidados, para apoio das atividades acadêmicas e administrativas e atendimento a convênios, havendo necessidade de acomodar aqueles que necessitam pernoitar fora de suas residências.

3. FORMA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

3.1. CONDIÇÕES GERAIS

- 3.1.1.** As solicitações de serviços serão registradas no SCDP pela UNIDADE SOLICITANTE e direcionadas à CONTRATADA, que acessará perfil exclusivo para visualizá-las e atendê-las.
- 3.1.2.** Para recepção das solicitações registradas no SCDP, a CONTRATADA receberá login e senha de acesso a módulo específico do sistema, possibilitando a visualização das solicitações pendentes.
- 3.1.3.** Para o perfeito cumprimento do objeto, a CONTRATADA deverá dispor de CENTRAL DE ATENDIMENTO para execução dos serviços solicitados, devendo ser as requisições realizadas diretamente no SCDP, exceto nas situações em que este procedimento for inviável, cujo prolongamento cause danos relevantes à celeridade do processo, situações em que as requisições poderão ser realizadas por e-mail ou telefone somente por servidores formalmente designados.
- 3.1.4.** A UNIDADE SOLICITANTE deve efetuar a análise, escolha das opções e autorização para aquisição levando em consideração as normas vigentes que orientam a emissão de BILHETE DE PASSAGEM, atualmente contidas na IN SLTI no 3/2015, orientando a CONTRATADA sobre seus termos e sobre eventuais alterações.

3.2. CENTRAL DE ATENDIMENTO

- 3.2.1.** A CONTRATADA deve manter, em caráter permanente e de forma ininterrupta, CENTRAL DE ATENDIMENTO, com acionamento por meio do SCDP ou e-mail ou telefone, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados.
- 3.2.2.** Para recepcionar as solicitações por e-mail ou telefone, a CONTRATADA deverá manter endereço eletrônico para troca de mensagens e número telefônico de atendimento que deverá ser fornecido à CONTRATANTE no momento da assinatura

dos contratos.

- 3.2.3. A CONTRATADA deverá gerar número de protocolo para todas as solicitações realizadas por e-mail ou telefone.
- 3.2.4. Os protocolos gerados deverão ser informados aos usuários no início do atendimento.
- 3.2.5. A CONTRATADA deverá realizar procedimento de identificação dos servidores autorizados a utilizar este serviço, mediante confirmação de alguns de seus dados pessoais ou outros que julgar necessários.
- 3.2.6. A CONTRATANTE deverá, em até 07 (sete) dias úteis após a assinatura do contrato, disponibilizar à CONTRATADA relação contendo as seguintes informações dos servidores autorizados a solicitar serviços por e-mail ou telefone:
 - 3.2.6.2. Nome;
 - 3.2.6.3. E-mail a partir do qual serão originadas as solicitações;
 - 3.2.6.4. Matrícula no SIAPE ou equivalente;
 - 3.2.6.5. Unidade de vinculação;
 - 3.2.6.6. Cargo/função;
 - 3.2.6.7. Data de nascimento;
 - 3.2.6.8. Número do CPF.
- 3.2.7. O envio da relação de dados relativos aos servidores autorizados a solicitar os serviços é indispensável para o início da prestação dos serviços por parte da CONTRATADA, para as demandas solicitadas por e-mail ou telefone.
- 3.2.8. Os BILHETES DE PASSAGEM emitidos por solicitação via e-mail ou telefone deverão ser regularizados por meio da criação de PCDP no primeiro dia útil subsequente à data da solicitação, vinculando os dados do BILHETE DE PASSAGEM emitido, inclusive a cotação realizada pela CONTRATADA.
- 3.2.9. Caso a impossibilidade de formalização da demanda via SCDP perdure além do primeiro dia útil subsequente à data da solicitação, o e-mail de solicitação constituirá documento hábil para substituir a PCDP para fins de faturamento, sem excluir a necessidade de regularização prevista no referente à central de atendimento.
- 3.2.10. As solicitações encaminhadas à CONTRATADA, por e-mail ou telefone, deverão conter as mesmas informações previstas para os pedidos de cotação enviados à contratada via e-mail e outras necessárias para o atendimento da demanda.

3.3. EMISSÃO DE BILHETES DE PASSAGEM

3.3.1. Este serviço compreende:

3.3.2. **Assessoria:** entende-se por assessoria para emissão de BILHETES DE PASSAGEM, o serviço prestado pela CONTRATADA, visando ao auxílio na análise e escolha de melhores opções de voos, observado o disposto no subitem referente à cotação, quando:

- 3.3.2.2. não houver disponibilidade em voos sem escala/conexão ou voos com razoável tempo de duração, devendo a CONTRATADA apresentar opções para que seja analisada aquela que apresente a melhor relação custo x benefício para a APF;
- 3.3.2.3. em virtude de ocorrência de evento, seminário, encontro ou situação semelhante, em que o número de passageiros permita a negociação de melhores TARIFAS, visando economicidade à APF.

3.3.3.**Cotação:** a cotação para emissão de BILHETE DE PASSAGEM realizada pela CONTRATADA deverá refletir com exatidão as informações atualizadas de todos os voos/ônibus disponíveis nas datas solicitadas, consideradas inclusive as promoções tarifárias vigentes. O pedido de cotação enviado à CONTRATADA via e-mail ou telefone deverá conter, no mínimo:

3.3.3.2. Número da PCDP, quando a demanda já tiver sido registrada no SCDP;

3.3.3.3. Nome da UNIDADE SOLICITANTE, com e-mail, telefone e servidor responsável pela demanda;

3.3.3.4. Data prevista da partida;

3.3.3.5. Data prevista do retorno;

3.3.3.6. Cidade de origem;

3.3.3.7. Cidade de destino;

3.3.3.8. Nome completo do passageiro;

3.3.3.9. Data de nascimento do passageiro;

3.3.3.10. CPF do passageiro;

3.3.3.11. Telefone para contato do passageiro;

3.3.3.12. Endereço eletrônico do passageiro;

3.3.3.13. Eventual deficiência do passageiro.

3.3.4.O resultado deverá ser apresentado em **até 24 horas** do pedido da cotação e discriminado por trecho, contendo, além dos dados da solicitação de cotação, as seguintes informações:

3.3.5.**Reserva:** a reserva para emissão de BILHETE DE PASSAGEM deverá ser realizada pela CONTRATADA, discriminada por TRECHO e observadas as disposições dos subitens que dispõem as condições gerais da contratação, com base nas informações de cotação contidas na etapa anterior.

3.3.6.A CONTRATADA apresentará pelo SCDP, e-mail ou telefone, a reserva contendo o LOCALIZADOR, a data e hora de validade da reserva e demais dados contidos na cotação para a UNIDADE SOLICITANTE, visando à necessária aprovação.

3.3.7.**Emissão:** será realizada pela CONTRATADA **em até 04 (quatro) horas** após o aceite/escolha da CONTRATANTE, e observando as disposições dos subitens referentes às condições gerais da contratação, com base nas informações de reserva contidas na etapa anterior.

3.3.8.Havendo cancelamento em virtude da expiração do prazo da reserva e caso não seja possível reativá-la nos mesmos valores, o procedimento visando à emissão deve ser reiniciado.

3.3.9.A informação do BILHETE DE PASSAGEM emitido será enviada pela CONTRATADA à UNIDADE SOLICITANTE, para conferência e cadastramento no

SCDP e envio para o passageiro.

3.4.SEGURO VIAGEM

- 3.4.1.A CONTRATADA deverá providenciar, quando requerido pela UNIDADE SOLICITANTE, em até 8 (oito) horas após a formalização da demanda pelo SCDP, por e-mail ou telefone, no mínimo 3 (três) cotações de SEGURO VIAGEM, com seguradoras, para aprovação do custo e autorização da emissão, observando as regras e as coberturas mínimas previstas na RESOLUÇÃO CNSP Nº 439, DE 04 DE JULHO DE 2022, do Conselho Nacional de Seguros Privados.
- 3.4.2.A CONTRATADA DEVERÁ emitir a apólice ou voucher, no prazo de 3 (três) horas após autorização pelo CONTRATANTE.
- 3.4.3.Será devido à CONTRATADA apenas o valor de repasse referente ao prêmio do SEGURO VIAGEM quando este for emitido juntamente com o BILHETE DE PASSAGEM INTERNACIONAL não podendo, neste caso, a CONTRATADA cobrar remuneração adicional pela prestação deste serviço.

3.5.ALTERAÇÃO DE BILHETES DE PASSAGEM

- 3.5.1.A alteração de BILHETE DE PASSAGEM deve ser precedida de nova cotação e reserva, visando subsidiar a decisão sobre a alteração ou cancelamento seguido de nova emissão, o que for mais vantajoso para a administração.
- 3.5.2.As alterações de BILHETES DE PASSAGEM serão requeridas pela UNIDADE SOLICITANTE, pelo SCDP, por E-MAIL ou telefone, discriminadas por trecho.
- 3.5.3.Caso a alteração possua mudança ou inclusão de destinos, a CONTRATADA receberá solicitação de nova assessoria para indicação das opções que melhor atendam à demanda.
- 3.5.4.A alteração dependerá da disponibilidade de assentos e poderá ensejar em aplicação de multas e eventuais diferenças tarifárias estabelecidas pela companhia aérea.
- 3.5.5.Imediatamente após a alteração que resulte em crédito, situação na qual o valor do BILHETE DE PASSAGEM original é superior à soma da multa e da diferença tarifária, a CONTRATADA deverá requerer, imediata e formalmente, o reembolso dos valores aos quais a CONTRATANTE tem direito, para que seja efetuada a glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota crédito e comprovante das companhias aéreas, discriminadas por UNIDADE SOLICITANTE.
- 3.5.6.A CONTRATANTE efetuará a conferência das informações e a consequente glosa do valor a que tem direito, no momento em que for viável e possível, levando em consideração o valor da fatura e o tempo necessário para o término da conferência.

3.6.CANCELAMENTO DE BILHETES DE PASSAGEM

- 3.6.1.**Cancelamento originado pela extinção da demanda.**
- 3.6.2.A informação de cancelamento será fornecida pela CONTRATANTE à CENTRAL DE ATENDIMENTO da CONTRATADA, pelo SCDP, por e-mail ou telefone, com base nas informações do BILHETE DE PASSAGEM emitido.

3.6.3. CONTRATADA deve efetuar o cancelamento do BILHETE DE PASSAGEM, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, objetivando a isenção da cobrança de taxa de NO-SHOW, quando possível, de acordo com as regras da companhia aérea/empresa rodoviária.

3.6.4. Todas as solicitações de cancelamento devem constar no relatório para controle dos BILHETES DE PASSAGEM passíveis de reembolso.

3.6.5. Cancelamento originado de demanda de alteração, ocorre em duas situações:

3.6.5.2. Analisadas as cotações disponibilizadas pela contratada, a UNIDADE SOLICITANTE verifica que há melhor relação custo x benefício com nova emissão, e não com a alteração do BILHETE DE PASSAGEM;

3.6.5.3. Inexistência de voos que permitam a alteração do BILHETE DE PASSAGEM já emitido.

3.6.6. Para as situações acima, a CONTRATADA deve efetuar o cancelamento do BILHETE DE PASSAGEM e iniciar o processo de nova emissão, a partir da etapa de assessoria, informando nova cotação do voo/viagem pretendido, para escolha da melhor opção e posterior aprovação, cabendo nesse caso cobrança de remuneração pela nova emissão.

3.6.7. A solicitação de cancelamento será fornecida pela CONTRATANTE à CONTRATADA, pelo SCDP, por e-mail ou telefone, com base nas informações do BILHETE DE PASSAGEM emitido.

3.7. REEMBOLSO

3.7.1. Imediatamente após o cancelamento, a CONTRATADA deverá requerer, junto à companhia aérea/rodoviária, o reembolso dos créditos provenientes da passagem cancelada. Isso representa, no mínimo, o valor da taxa de embarque.

3.7.2. A CONTRATADA deve adotar as medidas necessárias para a efetivação do reembolso tão logo lhe seja solicitado o cancelamento do BILHETE DE PASSAGEM ou quando da ocorrência de NO-SHOW.

3.7.3. O reembolso do BILHETE DE PASSAGEM se dará por intermédio de glosa do valor em fatura, mediante apresentação de nota crédito e detalhamento das regras aplicadas pela companhia aérea, discriminada por UNIDADE SOLICITANTE.

3.7.4. A CONTRATADA deve gerar relatório mensal de todos os BILHETES DE PASSAGEM cancelados, alterados, não utilizados e/ou reembolsados. O relatório deve ser apresentado juntamente com os respectivos comprovantes emitidos pelas companhias aéreas, contendo no mínimo:

3.7.4.2. UNIDADE SOLICITANTE

3.7.4.3. Dados do BILHETE DE PASSAGEM: nome do passageiro, origem/destino, data do voo;

3.7.4.4. Valor pago;

3.7.4.5. Valor da multa;

3.7.4.6. Valor do crédito.

3.7.5. Sempre que necessário, a CONTRATANTE poderá solicitar emissão de relatório parcial, contemplando os dados acima, caso em que a CONTRATADA deverá fornecer o documento em até 72 (setenta e duas horas).

3.7.6. A CONTRATANTE efetuará a conferência das informações e a consequente glosa do valor a que tem direito, no momento em que for viável e possível, levando em consideração o valor da fatura e o tempo necessário para o término da conferência.

3.7.7. O reembolso obedecerá às eventuais restrições constantes das condições de sua aplicação, inclusive prazo de reembolso, taxa administrativa e outras penalidades.

3.7.8. O prazo para reembolso não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias contados da data da solicitação.

3.8. DAS HOSPEDAGENS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

3.8.1. Os hotéis a serem utilizados deverão dispor de infraestrutura que ofereça preferencialmente: estacionamento, restaurante, internet wifi nas áreas sociais e, os quartos deverão conter banheiro privativo, televisão, ar-condicionado, telefone, frigobar e acesso à internet;

3.8.2. Para cada solicitação, o hotel ofertado deverá ser o de menor tarifa, dentro da respectiva categoria e com disponibilidade de vaga;

3.8.3. As diárias corresponderão a um período de 24 (vinte e quatro) horas, iniciando-se, preferencialmente, às 12 (doze) horas de um dia e encerrando-se no mesmo horário do dia imediatamente posterior, incluindo café da manhã.

3.8.4. Quaisquer despesas adicionais, tais como o consumo de produtos dispostos em frigobar, serviços telefônicos, lavanderia, internet, dentre outros, serão de responsabilidade exclusiva do respectivo servidor/hóspede.

3.8.5. Não haverá cobrança de taxa adicional de serviço;

3.8.6. Não haverá cobrança de “No Show” para notificações de desistência com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data prevista para hospedagem;

3.8.7. Em caso de desistência realizada em prazo inferior às 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data prevista para hospedagem, somente será permitida a cobrança de “No Show” em valor equivalente a 01 (uma) diária, ainda que tenha sido feita reserva para 02 (dois) ou mais dias.

3.8.8. Além dos pontos acima, a CONTRATADA deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

3.9. MODELO DA EXECUÇÃO DO LOTE 02 – HOSPEDAGENS

3.9.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

3.9.2. Os serviços serão prestados mediante autorização via e-mail, reserva via internet ou software específico, quando disponíveis, pelo fiscal, gestor do contrato ou outro servidor designado pela CONTRATANTE para essa finalidade, devendo constar os

seguintes dados:

- 3.9.2.2. O nome completo do hóspede;
 - 3.9.2.3. O nome do Hotel;
 - 3.9.2.4. A cidade e o local onde os serviços serão prestados;
 - 3.9.2.5. O período de hospedagem
- 3.9.3.A autorização a que se refere o item anterior deverá ser apresentada à CONTRATADA com antecedência mínima de 02 (dois) dias do início do período de hospedagem.
- 3.9.4.Recebida a autorização, a CONTRATADA terá prazo de 24 (vinte e quatro) horas para realizar a reserva e remeter a confirmação da hospedagem em nome do hóspede indicado.
- 3.9.5.Deverá a CONTRATADA, quando verificada a impossibilidade de, no período de hospedagem solicitado, ofertar, no todo ou em parte, acomodações com as características indicadas na autorização, comunicar o fato à CONTRATANTE para que esta, a seu exclusivo critério e no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, escolha outra opção.
- 3.9.6.Decidindo a CONTRATANTE pela imperiosidade da disponibilização de acomodações na forma inicialmente prevista na autorização, deverá a CONTRATADA providenciar para que a reserva seja feita em apartamentos com características iguais às contratadas ou, a seu critério, providenciar para que a hospedagem se dê em um outro hotel da cidade, observada a categoria estabelecida na autorização expedida.
- 3.9.7.A CONTRATADA deverá confirmar a reserva, via e-mail ou software específico, ao fiscal, gestor do contrato ou outro servidor designado pela CONTRATANTE para essa finalidade, em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da autorização.
- 3.9.8.As remarcações e cancelamentos de reservas serão solicitados exclusivamente por correio eletrônico, por servidores designados pela FADETEC. Caso as solicitações de remarcação ou cancelamento sejam feitas à CONTRATADA por servidores não autorizados, o fato deve ser prontamente comunicado à FADETEC, para que haja as devidas orientações quanto ao procedimento a ser adotado.
- 3.9.9.A CONTRATANTE poderá solicitar o cancelamento da reserva em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da hospedagem, sem ônus para a Administração, independentemente da política do estabelecimento (hotel), visto que a contratação se deu com a empresa e não com o hotel.
- 3.9.10.Caso o pedido de cancelamento ocorra em menor prazo, caberá à CONTRATANTE o ressarcimento de eventuais despesas decorrentes do cancelamento, limitado até o valor de uma diária do hotel correspondente, mediante comprovação documental.
- 3.9.11.CONTRATADA deverá possuir telefone, e-mail e disponibilizar sistema de reserva via internet ou software, caso possua, para contato com a CONTRATANTE.
- 3.9.12.É de responsabilidade da CONTRATADA o atendimento à legislação trabalhista vigente.

4. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA DO LOTE 01 E LOTE 02 – DAS PASSAGENS

4.1 Definições:

I - AGÊNCIA DE TURISMO – empresa que tenha por objeto, exclusivamente, a prestação das atividades de turismo, classificando-se nas categorias de Agências de Viagens e Agências de Viagens e Turismo, conforme estabelecido na Lei nº 12.974/2014;

II - AGENCIAMENTO DE VIAGEM – serviço prestado por AGÊNCIA DE TURISMO, compreendendo a venda comissionada ou a intermediação remunerada na comercialização de BILHETE DE PASSAGEM;

III - ATA – ata de registro de preços, documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, ÓRGÃOS e ENTIDADES participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

IV - BILHETE DE PASSAGEM – documento fornecido pela companhia aérea, denominado usualmente como e-ticket, comprovando a contratação do serviço de transporte aéreo, contendo os dados do passageiro, os horários e o itinerário da viagem, o valor da TAXA DE EMBARQUE e as regras e o valor da TARIFA, podendo contemplar um ou mais TRECHOS da viagem;

V - CENTRAL DE ATENDIMENTO – unidade da CONTRATADA que realiza a interface com os usuários da CONTRATANTE, oferecendo suporte especializado, de forma ininterrupta, para atender às necessidades relacionadas aos serviços contratados;

VI - CODESHARE – acordo de cooperação pelo qual uma companhia aérea comercializa BILHETE DE PASSAGEM para o transporte de passageiros em voos de outra companhia aérea;

VII - CONTRATADA – fornecedor registrado que firmar contrato com a CONTRATANTE para a prestação dos serviços objeto da licitação; VIII - CONTRATANTE – o ÓRGÃO ou ENTIDADE que firmar contrato com fornecedor registrado;

VIII - GDS – *Global Distribution System*, sistema eletrônico utilizado para operação e gerenciamento de cotações, reserva, emissões, alterações, cancelamentos e reembolsos de passagens aéreas, intermediando o processo de compra e fornecimento entre as AGÊNCIAS DE TURISMO e as companhias aéreas;

IX - LOCALIZADOR – código alfanumérico emitido pelas companhias aéreas e constante no BILHETE DE PASSAGEM pelo qual se identifica os dados da viagem, tais como código do voo, cidades de origem e destino, datas e tipo de TARIFA;

X - NO-SHOW – não comparecimento de passageiro no momento do embarque;

XII- ÓRGÃO GERENCIADOR – ÓRGÃO ou ENTIDADE responsável pela condução do conjunto de procedimentos para o registro de preços e gerenciamento da ATA dele

decorrente;

XIII - PASSAGEM AÉREA – compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isto represente toda a contratação;

XIV - PCDP – Proposta de Concessão de Diárias e Passagens cadastrada no SCDP, onde constam os dados do passageiro, as informações do deslocamento, os documentos comprobatórios da demanda e os dados financeiros;

XV - SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, é o sistema de uso obrigatório pelos ÓRGÃOS e ENTIDADES, inclusive autarquias e fundações, para a concessão, registro, acompanhamento e controle de diárias e passagens;

XVI - SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, que tem como finalidade cadastrar e habilitar parcialmente pessoas físicas ou jurídicas, interessadas em participar de licitações realizadas por ÓRGÃOS e ENTIDADES;

XVII - TARIFA – valor único cobrado pela companhia aérea, em decorrência da prestação do serviço de transporte aéreo de passageiros, de acordo com itinerário determinado pelo adquirente;

XVIII - TAXA DE EMBARQUE – tarifa aeroportuária cobrada do passageiro, por intermédio das companhias aéreas;

XIX - TR – Termo de Referência;

XXII - TOUR CODE – código fornecido pelas companhias aéreas que identifica o comprador, as condições comerciais e benefícios concedidos na aquisição de BILHETE DE PASSAGEM;

XXIII - TRECHO – compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões, escalas ou ser utilizada mais de uma companhia aérea;

XXIV - UNIDADE SOLICITANTE – unidade do âmbito da estrutura organizacional do ÓRGÃO ou ENTIDADE que demanda o serviço;

XXV - VOO DOMÉSTICO – rota regular de transporte aéreo de passageiros, de companhias aéreas brasileiras, com cidades de origem, intermediárias e de destino localizadas em território brasileiro;

XXVI - VOO INTERNACIONAL - rota regular de transporte aéreo de passageiros, mantido por companhias aéreas brasileiras ou estrangeiras, com cidades de origem e/ou intermediárias e/ou de destino localizadas em país diferente do Brasil.

4.2 A demanda da FADETEC tem como base as seguintes características:

1 - O quantitativo e valores de serviços a serem prestados pela CONTRATADA e dos valores a serem repassados às companhias aéreas/empresas de transporte rodoviário estão estimados para doze (12) meses.

II - O horário de funcionamento dos ÓRGÃOS e ENTIDADES a ser considerado neste TR é das 08h00 às 17h00 (horário local), sendo que neste intervalo está concentrado o maior volume de solicitações.

III - A informação acima não reduz, tampouco isenta a CONTRATADA, da obrigação de prestar os serviços demandados em horários diversos, nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3 DO LOTE 02 – DAS HOSPEDAGENS

4.3.1. Os SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM consistem da prospecção, bloqueio e reserva de apartamentos em hotéis da rede hoteleira de todo território nacional e internacional, podendo os apartamentos ser single, duplo ou triplo de acordo com a solicitação, nos Termos da Portaria nº 100, de 16/11/2011 do Ministério do Turismo.

4.3.1.1. Como resultado da prospecção será necessária a apresentação da pesquisa de preços realizada pela CONTRATADA, a fim de confirmar que o hotel escolhido apresentou a melhor tarifa de acordo com a solicitação.

4.3.2. Quando necessário e visando garantir a melhor mobilidade das pessoas com deficiência, deverão ser prospectados hotéis que tenham quartos acessíveis ou quartos adaptáveis;

4.3.3. Os hotéis preferencialmente devem conter estacionamento, restaurante próprio, internet wi fi nas áreas sociais e, os quartos deverão conter banheiro privativo, televisão, ar-condicionado, telefone, frigobar e acesso à internet;

4.3.4. Estará incluída na diária dos apartamentos o fornecimento de café da manhã.

4.3.5. O SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO consiste no fornecimento de almoço e/ou jantar às pessoas previamente indicadas pela CONTRATANTE em datas específicas, nas dependências do restaurante do hotel ou, em não sendo possível, em estabelecimento de alimentação parceiro selecionado pela CONTRATADA, sendo faturado em nome desta.

4.3.6. Os serviços de fornecimento de almoço e/ou jantar, poderão ser acompanhados, a escolha do hóspede, de água mineral, suco de frutas ou refrigerante comum, light ou diet.

4.3.7. O serviço de hospedagem com pensão completa (almoço e/ou jantar) deve ser fornecido pela CONTRATADA sempre que solicitado pela CONTRATANTE.

4.3.8. As despesas extras (ligações telefônicas, frigobar, lavanderia e etc.) não serão custeadas pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino Tecnológico - FADETEC, ficando a cargo do hotel o controle e cobrança individual aos hóspedes.

4.3.9. SERVIÇO DE CANCELAMENTO - A CONTRATANTE poderá solicitar o cancelamento de reserva em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da hospedagem, sem ônus para a Administração.

4.3.9.1. Caso o pedido de cancelamento ocorra em menor prazo, caberá à CONTRATANTE o ressarcimento de eventuais despesas decorrentes do cancelamento, limitado até o valor máximo de uma diária do hotel correspondente, mediante comprovação documental.

5. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

5.1 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

5.1.1 A contratada deverá respeitar as exigências estabelecidas neste termo de referência e seus anexos e na legislação vigente.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar os serviços de emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes.

6.2 A CONTRATADA deverá manter, durante a vigência do contrato, contas e/ou autorizações para emitir BILHETE DE PASSAGEM nas seguintes companhias aéreas, no mínimo:

a) LATAM, GOL, AVIANCA, AZUL, PASSAREDO, MAP.

7. DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1 O Contrato/Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato/ata de registro de preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Encerrado o procedimento licitatório e homologado o resultado, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, nas condições estabelecidas neste Edital, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente—o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6 Fiscalização

7.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.7 Fiscalização Técnica

7.7.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam

cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.3 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.7.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.7.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.7.7 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7.8 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.8 Gestor do Contrato

7.8.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.8.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.8.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da

contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.8.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.8.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.8.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.8.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 Para cada item de serviço de AGENCIAMENTO DE VIAGENS descrito neste TR prestado pela CONTRATADA, será devida uma remuneração.

8.2 Caso o itinerário da viagem contenha dois ou mais trechos e para prestar o serviço sejam envolvidas companhias aéreas distintas, a quantidade do item corresponderá ao número de BILHETES DE PASSAGEM emitidos, alterados ou cancelados.

8.2.1 Assim, serão devidas duas remunerações à CONTRATADA, quando a CONTRATANTE solicitar uma viagem de ida e volta da localidade “A” para a localidade “B”, onde a ida e a volta sejam operadas por companhias aéreas distintas, mantida a obrigação contida na cotação;

8.2.2 No caso de alteração do BILHETE DE PASSAGEM com múltiplos trechos emitidos na mesma companhia aérea, será devida apenas uma remuneração, exceto nos casos em que o pedido de alteração seja feito em momentos alternados, situação em que será devida uma remuneração para cada pedido atendido.

8.3 De acordo com as definições contidas no TR, não há BILHETE DE PASSAGEM composto por trechos operados por mais de uma companhia aérea, com exceção dos casos de CODESHARE, onde entende-se que será adquirido apenas 1 (um) BILHETE DE PASSAGEM.

8.4 O valor da fatura mensal será composto pelo somatório dos valores dos serviços prestados com os valores de repasse, que serão calculados da seguinte forma:

8.4.1 Emissão de BILHETES DE PASSAGEM de VOOS DOMÉSTICOS: $ED = (Q \times P) + RE$
8.4.2 Emissão de BILHETES DE PASSAGEM de VOOS INTERNACIONAIS: $EI = (Q \times P) + RI + SG$

8.4.3 Alteração e cancelamento de BILHETES DE PASSAGEM dos VOOS DOMÉSTICOS, INTERNACIONAIS: $AC = (Q \times P) + RD + M$

8.4.4 Onde:

- a) ED = valor referente à emissão de BILHETES DE PASSAGEM dos VOOS DOMÉSTICOS;
- b) EI = valor referente à emissão de BILHETES DE PASSAGEM dos VOOS INTERNACIONAIS;
- c) AC = valor referente à alteração e cancelamento de BILHETES DE PASSAGEM dos VOOS DOMÉSTICOS
- d) Q = quantidade do item
- e) P = preço unitário do item
- f) RE = valor de repasse referente aos BILHETES DE PASSAGEM dos VOOS DOMÉSTICOS
- g) RI = valor de repasse referentes aos BILHETES DE PASSAGEM dos VOOS INTERNACIONAIS
- h) M = valor de multas
- i) RD = valor de repasse de diferença tarifária
- j) SG = valor de repasse dos SEGUROS VIAGEM

8.4.5 A fatura deverá ser apresentada discriminando, separadamente:

- a) Valores referentes ao AGENCIAMENTO DE VIAGENS, separadamente por item de serviço;
- b) Valores referentes aos repasses dos BILHETES DE PASSAGEM (TARIFAS, multas e TAXAS DE EMBARQUE), separadamente por companhia aérea e por VOO;
- c) Valores referentes aos reembolsos, separadamente por companhia aérea e por VOO;
- d) Valores referentes aos seguro viagem;
- e) Valores dos créditos;

8.4.6 Serão consideradas válidas para efeito de pagamento, as comprovações de solicitações feitas fora do SCDP através dos protocolos de atendimentos dos canais de telefone e/ou e-mail.

8.4.7 A fatura, incluindo-se seu detalhamento, deverá conter todas as informações necessárias à conferência dos serviços prestados e em conformidade com os preços contratados, não podendo incluir serviços relativos a outros contratos ou facilidades não contratadas.

8.4.8 Os serviços cujo detalhamento não contiver as informações mínimas que permitam a sua correta identificação serão considerados como cobranças indevidas e não serão pagos.

8.4.9 Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à CONTRATADA e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da fatura devidamente corrigida.

8.4.11 Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento da fatura, os fatos serão informados à CONTRATADA, para que seja feita glosa do valor correspondente no próximo documento de cobrança.

8.5 Recebimento

8.5.1 Os serviços recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.5.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo estipulado pela Administração, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.5.4 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.5.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.5.6 O aceite dos serviços prestados por força desta contratação será feito mediante teste das faturas, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente utilizados. Em hipótese alguma serão pagos serviços não utilizados.

8.6 Liquidação

8.6.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.6.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 1.3.1. a) o prazo de validade;
- 1.3.2. b) a data da emissão;
- 1.3.3. c) os dados do contrato e do órgão contratante;

1.3.4. d) o período respectivo de execução do contrato;

1.3.5. e) o valor a pagar; e

1.3.6. f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.6.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.6.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6.7 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.6.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.6.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.6.10 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.6.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.7 Prazo de pagamento

8.7.1 O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.7.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

8.8 Forma de pagamento

8.8.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.8.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.8.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.8.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.8.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.9 Cessão de Crédito

8.9.1 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.9.2 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.9.3 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.9.4 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou

incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.9.5 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

8.9.6 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$40,53 (quarenta reais e cinquenta e três centavos)**, conforme valores unitários constantes na tabela acima, item 1.1 do presente neste Termo de Referência.

9.1.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.1.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.1.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Salinas/MG, 21 de janeiro de 2026.

Rafael Correia de Oliveira
Presidente do Conselho Diretor

ANEXO II**CONTRATO Nº _____/2026
PROCESSO Nº0005/2026
SELEÇÃO PÚBLICA DE FORNECEDOR Nº0001/2026**

MINUTA DE CONTRATO Nº _____/2026. Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram a FADETEC e empresainscrito sob CNPJ:

FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO TECNOLÓGICO - FADETEC, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 04.043.851/0001-72, com sede na Fazenda Varginha, KM 02 da Rodovia MG 404 (Salinas/Taiobeiras), Zona Rural, Município de Salinas/MG, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Presidente do Conselho Diretor Sr....., e a empresa, CNPJ, sediada à....., neste ato representada pelo Sr. , brasileiro, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade nº e do CPF nº, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

1.1 A aquisição de passagens aéreas e o agenciamento de hospedagens nacionais e internacionais são essenciais para a FADETEC, pois viabilizam atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. Esses serviços permitem a participação em capacitações, eventos científicos, visitas técnicas, viagens a serviço e o recebimento de convidados, contribuindo diretamente para a produção e disseminação do conhecimento, da inovação e para o desenvolvimento regional e nacional. A presente contratação para fornecimento, tem como amparo o Decreto Federal nº 8.241, de 21 de maio de 2014, aplicando subsidiariamente a Lei 14.133/2021 no que couber, conforme justificativa constante no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 Pelo presente contrato tem como objeto a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO A INTERMEDIÇÃO REMUNERADA PARA AQUISIÇÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS E HOSPEDAGENS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA FADETEC**, na forma e condições previstas no TERMO DE REFERÊNCIA, parte integrante deste instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

3.1 Constituem parte integrantes deste contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes:

1. a) ANEXOS I do edital;
2. b) Proposta Financeira.

Parágrafo 1º. O contrato e seus anexos são complementares entre si, qualquer detalhe mencionado em um dos documentos e omitido no outro, será considerado especificado e válido.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO E SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS

4.1 O fornecimento e sua supervisão se dará na forma descrita no TERMO DE REFERÊNCIA, parte integrante deste instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1 Pela execução a contento do objeto do presente Contrato, e pelo cumprimento integral das obrigações dele decorrentes, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$...... (.....), na forma e condições previstas no TERMO DE REFERÊNCIA, parte integrante deste instrumento contratual.

5.1.1 Estima-se o valor de R\$......(.....) para o seu período de vigência do presente termo contratual.

5.2 Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE ao CONTRATADO mediante a apresentação da nota fiscal emitida pelo CONTRATADO. A FADETEC observará o contido nos artigos 62 e 63 da Lei 4.320/64, de maneira a efetuar o pagamento apenas após a correta e adequada liquidação da despesa. O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis após a emissão da nota fiscal, sendo que este ocorrerá somente após a emissão do Termo de Recebimento, devidamente assinado pelo responsável do projeto e aprovado pela CONTRATANTE, citando-se os dados da conta bancária para depósito na nota fiscal..

5.3 Os tributos incidentes sobre o valor poderão ser retidos pela CONTRATANTE e recolhidos diretamente ao órgão legitimado, conforme legislação respectiva; mas a não retenção não exime a CONTRATADA de arcar com suas obrigações fiscais, ou indenizar a CONTRATANTE, pelos prejuízos que lhe foram causados decorrentes de tal omissão.

5.4 Todos os tributos, seguros, contribuições previdenciárias e quaisquer outros incidentes e despesas que venham a incidir sobre esta prestação de serviços estão incluídos no preço deste instrumento e serão suportados unicamente pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Além de outras obrigações decorrentes da natureza do Contrato, a CONTRATADA obriga-se a:

I. Fornecer os produtos ora contratados, cumprindo todas as leis, regulamentos e demais instrumentos aplicáveis ao desenvolvimento das atividades, respeitando os termos, condições e o escopo dos serviços descritos no presente Contrato e seus anexos;

- II. Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução ou no controle técnico dos serviços, bem como qualquer fato que possa colocar em riscos à segurança e qualidade dos serviços e sua execução dentro do prazo estipulado;
- III. Revisar ou corrigir, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, todas as falhas, deficiências e imperfeições verificadas na execução do presente Contrato, bem como prestar à CONTRATANTE todos e quaisquer esclarecimentos e informações que a CONTRATANTE julgar necessários para o acompanhamento da evolução dos serviços ora contratados;
- IV. Responder, integral e exclusivamente, pelos serviços prestados, assim como pelos danos a que der causa, por culpa e/ou dolo, na execução do objeto deste Contrato;
- V. Cumprir todas as obrigações perante seus empregados e subcontratados, isentando a CONTRATANTE de toda e qualquer responsabilidade, ônus ou encargo, indenizando-a pelos danos a que eventualmente se sujeite pela ação destes;
- VI. Respeitar todos os prazos e formas exigidas pela CONTRATANTE; o atraso no cumprimento da obrigação pela CONTRATADA pode gerar a imprestabilidade da obrigação, caso em que a CONTRATADA indenizará a CONTRATANTE, integralmente, pelo descumprimento da obrigação, por danos e prejuízos, inclusive lucros cessantes, sem prejuízo de outras sanções previstas no Contrato;
- VII. Ter e apresentar quando solicitadas pela CONTRATANTE todas as licenças, certidões e outras condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação durante toda a execução do Contrato;
- VIII. A Contratada compromete-se a fornecer os tipos de produtos/materiais nos volumes e especificações técnicas estabelecidos nos pedidos emitidos pela FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO TECNOLÓGICO – FADETEC;
- IX. Os serviços prestados deverão estar em conformidade com as normas técnicas vigentes, atendendo aos padrões de qualidade estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes.
- X. A Contratada garante a qualidade dos serviços prestados, assumindo total responsabilidade por qualquer inadequação ou irregularidade que possa comprometer o desempenho durante sua utilização.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 Além de outras obrigações decorrentes da natureza do Contrato, a CONTRATANTE obriga-se a:

- I. Pagar o preço pelos produtos ora contratados, conforme estipulado na cláusula quinta;
- II. Fornecer à CONTRATADA, as informações, documentos e condições indispensáveis à realização dos serviços;
- III. Supervisionar e acompanhar o desempenho dos serviços e suas etapas, assim como convocar a qualquer momento a CONTRATADA para prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas;
- IV. Estar disponível para realizar reuniões com a CONTRATADA para definição das tarefas e ajustes de cronograma necessários ao longo do contrato;
- V. Designar um profissional integrante de seu corpo técnico para gerenciar o contrato;

VI. Aprovar os serviços prestados pela CONTRATADA, quando atenderem ao pactuado e aos padrões de qualidade compatíveis com o objeto do Contrato;

VII. Disponibilizar à contratada todas as informações necessárias e documentos pertinentes ao fornecimento, de forma clara e tempestiva;

VIII. A Contratante terá o direito de fiscalizar a execução dos serviços, podendo realizar vistorias nos locais de entrega, verificar a qualidade dos materiais/produtos e tomar as medidas necessárias para garantir o cumprimento do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA ASSINATURA, VIGÊNCIA, EXTINÇÃO E MULTA

8.1 A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da convocação, e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/2021.

8.2 O presente Contrato terá seu termo inicial de vigência na data de sua assinatura e terá a duração de 12 (doze) meses, podendo ser renovado pelas partes em comum acordo, mediante a confecção do correspondente termo aditivo.

8.3 A CONTRATANTE poderá determinar a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica ou ainda, no caso de inobservância e/ou desobediência às determinações, cabendo à CONTRATADA, quando a razão da paralisação lhe forem imputáveis, todos os ônus e encargos decorrentes.

8.4 O Contrato será considerado automaticamente rescindido em caso de situação de insolvência, falência, recuperação judicial de uma das partes ou inadimplemento das obrigações e condições ora acordadas.

8.5 Se a CONTRATADA constituir-se como inadimplente, ou der causa à rescisão do Contrato, salvo as exceções legais e contratuais, pagará a multa não compensatória no valor de:

- a) 1% (um por cento) do valor total do Contrato por dia que exceder ao prazo de entrega do(s) serviço(s) limitado ao máximo de 10%(dez por cento);
- b) 10% do valor total do Contrato, pela rescisão ou não execução dos serviços sem justo motivo, por parte da CONTRATADA ou pela inexecução total do objeto contratado;
- c) 0,50% (meio por cento) do valor total da proposta pelo descumprimento de cada obrigação prevista no Contrato, podendo ser cumulativa.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIA

9.1 A CONTRATANTE fica isenta expressamente de quaisquer encargos trabalhistas, sociais ou previdenciários, que possam decorrer dos serviços que serão prestados pelos sócios, prepostos, colaboradores ou empregados da CONTRATADA, ou por terceiros contratados pela CONTRATADA, constituindo tais ônus responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

9.2 A CONTRATADA assume também, perante a CONTRATANTE, a obrigação de excluí-la de imediato de todo e qualquer processo que seja ajuizado por seus sócios, preposto

ou empregado da CONTRATADA, ou de fiscalização de órgão governamental, isentando a CONTRATANTE de qualquer ônus ou responsabilidade.

9.3 Caso seja mantida a presença da CONTRATANTE em eventuais reclamações trabalhistas, ou ações administrativas ou judiciais, que tenham como causa as matérias reguladas nesse instrumento particular, a CONTRATADA obriga-se desde logo e sem qualquer discussão, a ressarcir a CONTRATANTE de todos os valores despendidos e de adiantar pagamentos a serem efetuados em razão de eventuais condenações, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados da solicitação nesse sentido.

9.4 Cada parte será integralmente responsável por seus atos de lançamento e de documentação das operações que praticar, isentando e indenizando a outra em casos de danos decorrentes de multas e autuações, ou de outras causas correlatas.

9.5 As partes atenderão estritamente as determinações legais quanto a valores, documentação, recolhimento e retenções tributárias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONFIDENCIALIDADE.

10.1 O(A) CONTRATADO(A) se responsabiliza pela manutenção da confidencialidade e do sigilo de quaisquer informações ou documentos, de caráter técnico ou não, que venha obter em função deste contrato, sejam elas de interesse da Contratante ou de terceiros. Tais obrigações permanecem mesmo quando extinto este contrato.

10.2 A CONTRATANTE respeitará o sigilo e a confidencialidade das informações da contratada relacionadas aos serviços prestados, conforme acordado em contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ANTICORRUPÇÃO

11.1 A CONTRATADA declara, por si e seus sócios ou acionistas, administradores, empregados, agentes, representantes, ou quaisquer outras pessoas agindo em seu nome ou interesse, que jamais praticou e se obriga, durante a vigência deste Contrato, a não praticar quaisquer atos que violem as leis anticorrupção aplicáveis às suas atividades ou as leis anticorrupção aplicáveis à CONTRATANTE, especialmente a Lei nº 12.846/13, incluindo, sem limitações, qualquer ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira ou contrário aos compromissos internacionais adotados pelo Brasil que tratem de tal matéria e às leis e regulamentações correlatas (“Leis Anticorrupção”).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS E FORO

12.1 Salvo as hipóteses expressamente previstas, o presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, vinculando as partes e seus sucessores a qualquer título.

12.2 O presente Contrato não poderá ser cedido ou transferido por qualquer das partes sem o consentimento prévio e escrito da outra.

12.3 A nulidade ou invalidade de qualquer das cláusulas contratuais não prejudicará a validade e eficácia das demais cláusulas e do próprio instrumento.

12.4 A eventual tolerância de qualquer das partes em relação ao cumprimento de qualquer cláusula deste Contrato, ou a abstenção do exercício de qualquer direito, poder, recurso ou faculdade assegurados por lei ou por este instrumento não configurará novação.

12.5 Qualquer renúncia, modificação, alteração ou adição a este Contrato, ou a qualquer de suas cláusulas, somente vincula as partes se realizado por escrito e assinado pessoalmente ou

por seus representantes.

12.6 Fica determinado que, qualquer tipo de troca de documentos entre as partes, deverá sempre ser realizado mediante protocolo de entrega, sendo válido, conforme a natureza do documento, inclusive o seu envio por meios eletrônicos, desde que seja possível se atestar o seu efetivo recebimento.

12.7 Qualquer alteração nas disposições contidas neste Contrato somente terá validade e eficácia se devidamente formalizada, mediante o competente Termo de Aditamento Contratual, pelos representantes legais das partes. Fica expressamente acordado que compromissos ou acordos verbais não obrigarão as partes, sendo considerados inexistentes para os fins deste Contrato.

12.8 As partes elegem o Foro da cidade de Salinas, estado de Minas Gerais, para dirimir conflitos ou dúvidas oriundos do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com as 02 (duas) testemunhas infra-assinadas.

Salinas, xx de xxxxxx de 2026.

CONTRATANTE:

p/ FADETEC

CONTRATADA:

CPF:

RG:

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

ANEXO III**PROCESSO Nº0005/2026
SELEÇÃO PÚBLICA DE FORNECEDOR Nº0001/2026****PROPOSTA COMERCIAL****P/: FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO TECNOLÓGICO –
FADETEC - SALINAS****Senhor Presidente,**

Após análise do edital e o termo de referência, referente PROCESSO 0005/2026, SELEÇÃO PÚBLICA DE FORNECEDOR 0001/2026, apresentamos nossa PROPOSTA COMERCIAL para o objeto a seguir:

Lote 01

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário de Referência	Valor Total de Referência
01	EMISSION DE BILHETES DE PASSAGEM – voos domésticos, incluindo assessoria, cotação, reserva e emissão	Agenciamento	200		
02	EMISSION DE BILHETES DE PASSAGEM – voos internacionais, incluindo assessoria, cotação, reserva, emissão e seguro viagem	Agenciamento	40		
03	ALTERAÇÃO E CANCELAMENTO DE BILHETES DE PASSAGEM – voos domésticos e internacionais	Serviço	40		
04	REPASSE – VOOS DOMÉSTICOS (Valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos domésticos adquiridos).	Bilhete	200	-	-

05	REPASSE – VOOS INTERNACIONAIS (Valores das tarifas, taxas de embarque e outras taxas e multas devidas às companhias aéreas em razão da emissão, alteração, cancelamento e reembolso de bilhetes de passagem em voos internacionais adquiridos)	Bilhete	40	-	-
06	REPASSE – VALORES DE PRÊMIOS (Valores dos prêmios devidos às seguradoras em razão dos seguros viagem contratados)	Seguro	40	-	-
VALOR TOTAL DO LOTE 01:				R\$	

Os itens 4, 5 e 6 do quadro acima **não** serão objeto de formulação de preços pelos licitantes.

Valor total por extenso: _____

Lote 02

Ite m	Descrição	Unidade	Quantida de	Valor Unitário de Referência	Valor Total de Referência
07	HOSPEDAGEM NACIONAL (reserva, marcação, remarcação e cancelamento) nas cidades brasileiras, compreendendo os serviços de reserva em hotéis nacionais, com fornecimento opcional de almoço e/ou jantar, e incluso café da manhã.	Agenciamento	500		
08	HOSPEDAGEM INTERNACIONAL (reserva, marcação, remarcação e cancelamento), compreendendo os serviços de reserva em hotéis internacionais, com	Agenciamento	250		

	fornecimento opcional de almoço e/ou jantar, e incluso café da manhã.				
09	REPASSE – HOSPEDAGEM NACIONAL (Valores das tarifas e outras taxas e multas devidas às empresas hoteleiras em razão da reversa, marcação, remarcação e cancelamento das hospedagens nacionais.)	Reserva de hospedagens nacionais	500	-	-
10	REPASSE – HOSPEDAGEM INTERNACIONAL (Valores das tarifas e outras taxas e multas devidas às empresas hoteleiras em razão da reserva, marcação, remarcação e cancelamento das hospedagens internacionais.)	Reserva de hospedagens internacionais	250	-	-
VALOR TOTAL DO LOTE 02:				R\$	

Os itens 9 e 10 do quadro acima **não** serão objeto de formulação de preços pelos licitantes.

Valor total por extenso: _____

Validade da proposta: _____ dias

Dados da empresa proponente: <<razão social de empresa, cnpj, endereço, e-mail, telefone e dados bancário>>

<<localidade, data>>

<<nome e assinatura do responsável legal da empresa

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

ANEXO IV - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES

SELEÇÃO : Nº 0001/2026

PROCESSO: Nº 0005/2026

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO A INTERMEDIÇÃO REMUNERADA PARA AQUISIÇÃO DE BILHETES DE PASSAGENS AÉREAS E HOSPEDAGENS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA FADETEC, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital.

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA:

- a) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- b) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- d) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- e) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;
- f) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- g) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;
- h) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade

cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

- i) Conhecer e aceitar todas as condições constantes no Processo nº 0008/2024 – Seleção nº 0002/2024, bem como de seus anexos e que, assim sendo, atendemos plenamente a todos os requisitos necessários à participação e habilitação no mesmo sob as penas da Lei Federal nº. 14.133/21.

(local do estabelecimento), de 2026.

Representante Legal/Procurador (nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO

DECLARAÇÃO

O representante da empresa: _____,
CNPJ: _____, com sede localizada na
_____, CEP: _____

DECLARA:

I- para fins do disposto no art. 34 do Decreto 8.241, de 21 de maio de 2014, que não possui administrador ou sócio com poder de direção que mantenha relação de parentesco, inclusive por afinidade, até terceiro grau com dirigente da FADETEC ou do IFNMG;

II- para fins do disposto no art. 3º, § 2º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que não possui proprietário, sócio ou cotista: a) servidor e/ou ocupante de cargos de direção do IFNMG; b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau de seu dirigente ou de servidor do IFNMG;

III - para fins do disposto no inciso V do art. 19 do Decreto 8.241, de 21 de maio de 2014, que não está inscrita em cadastros nacionais de empresas punidas pela Administração Pública.

IV- para fins do disposto no inciso IV do art. 14 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da FADETEC ou do IFNMG ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

A empresa está ciente de que:

III - por acordo entre as partes esta declaração terá validade por tempo indeterminado;

IV - deverá informar à Fadetec, a qualquer tempo, quaisquer alterações que ocorram nas condições acima declaradas.

Salinas/MG, ____ de _____ de 2026

Assinatura Responsável

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____